

Pesquisa do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar indica que sistema ainda é um desafio no Brasil, mas benefícios registrados internacionalmente deveriam encorajar avanços locais

A implementação do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), que começou há 35 anos nos Estados Unidos, é um desafio ainda a ser superado pelo setor de saúde no mundo e que, no Brasil, ainda está em estágio muito incipiente. A análise consta no estudo "**Prontuário Eletrônico do Paciente e os benefícios para o avanço da saúde**", realizado pelo [Instituto de Estudos de Saúde Suplementar](#) (IESS). [Leia a íntegra do estudo](#).

"Esse estudo do IESS mostra a importância de o prontuário eletrônico ser considerado dentro de um contexto de melhoria na gestão da saúde. A literatura científica analisada por nossos pesquisadores indica que os ganhos de eficiência na gestão de processos, na contenção de desperdícios e, mais importante, na qualidade do atendimento ao paciente podem contribuir muito para a sustentabilidade da saúde no Brasil", observa Luiz Augusto Carneiro, superintendente-executivo do IESS. "Esperamos que os resultados notados no exterior encorajem o mercado brasileiro a avançar nesse tema", acrescenta.

O estudo identifica que, nos EUA, a adoção do PEP tem sido considerada como política de governo e, desde 2011, há esforços para investir cerca de US\$ 20 bilhões para implementação de tecnologia de informação em saúde em todo o território nacional. Como resultado, de 2001 a 2013, aumentou de 18% para 78% o total de médicos norte-americanos que utilizam algum tipo de PEP em seus consultórios. Já no Reino Unido, que começou o processo de implantação do PEP em 2002, há 30 mil médicos de clínica geral e 300 hospitais conectados em um registro eletrônico único e central, financiado pelo governo por meio do National Health Service (NHS - equivalente local ao SUS).

Por outro lado, com base na "Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Estabelecimentos de Saúde no Brasil - TIC Saúde", realizada em 2013 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic) e que abordou a inserção das tecnologias de informação, inclusive dos prontuários eletrônicos, nos estabelecimentos de saúde brasileiros, o IESS indica que há muito a se avançar nesse campo. "Os resultados apontam que a maioria dos estabelecimentos que utilizaram a Internet nos últimos 12 meses (91% do total) possui algum tipo de registro eletrônico para informações médicas (77%). Mas, dentre esses, o registro dessas informações no formato totalmente eletrônico foi citado por 25% dos estabelecimentos, sendo que nos privados essa proporção é de 35%", informa o Carneiro.

A experiência internacional analisada pelo IESS mostra que os resultados alcançados com a implantação do PEP beneficiam principalmente os pacientes. Nos Estados Unidos, onde os primeiros sistemas começaram a ser implantados em 1980, uma pesquisa realizada em 2011 apontou que 78% dos médicos relataram melhora no atendimento ao paciente após a implantação do PEP no hospital; 65% afirmam que o sistema alertou para um potencial erro de medicação; e 37% apontaram uma redução de pedidos de exames desnecessários. Além dos benefícios para saúde da população, as vantagens econômicas são evidentes: menos erros com medicação e realização de exames desnecessários significa redução de custos para hospitais, planos de saúde, SUS e, mais interessante, para o paciente.

Enfrentar o desafio de difundir o PEP, contudo, exige ainda um profundo debate sobre a padronização do registro das informações de saúde e de mecanismos rígidos de proteção, acesso e compartilhamento das informações dos pacientes entre agentes do setor (médicos, hospitais, laboratórios, operadoras de planos de saúde etc.). "Esse é um processo ainda em evolução. O Brasil precisa analisar como a adoção do PEP pode deixar todo o nosso sistema, privado e público, mais eficiente", afirma Carneiro.

Em São Paulo, o governo do Estado investiu R\$ 56 milhões para que os pacientes pudessem ter acesso aos exames clínicos e laboratoriais via internet, um primeiro passo de uma longa jornada para a implementação plena de um sistema mais amplo. No Brasil, entre 5% e 9% dos hospitais já

adotam o PEP desde 2010, mas o utilizam de forma isolada, sem comunicação entre os diversos elos da cadeia de saúde. De acordo com o estudo, até 2012, apenas 1% dos hospitais brasileiros possuíam um sistema que integrasse plenamente todas as informações produzidas por seus diversos setores (ambulatorial, emergência, financeiro etc.). O estudo do IESS revela ainda que entre os estabelecimentos públicos de saúde, 42% ainda mantêm todos os registros em papel. No setor privado, os registros são feitos exclusivamente em papel por 23% dos estabelecimentos.

Fonte: Letra Certa, em 01.04.2015.